



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2015/09/24

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro, do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às quinze horas, foi declarada aberta a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

A Mesa ficou assim constituída: -----

PRESIDENTE: Horácio Domingos Afonso; -----

1.º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes de Freitas;-----

2.º SECRETÁRIO: José António dos Reis. -----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Francim do Nascimento Serafim, substituto legal de Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Luís António Bebião Pires, Carlos Armando Ventura Caseiro, Francisco José Nunes Cunha, Rui Virgílio da Cunha Madureira, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, Duarte Nuno Pires, Amauri dos Santos Morais, Hilário de Assis Gonçalves Pires, António Paulo de Oliveira Neves, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Maria Matilde Afonso de

Carvalho Barreira, Nuno Alexandre Barreira Santos, Amável de Jesus Rodrigues e André João da Silva Rodrigues. -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

João Manuel Quintino Fernandes, Fernando Jorge Afonso Gonçalves.-----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Eduardo Vicente Roxo, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, José Humberto Martins, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Alberto dos Anjos Martins, Carlos Alberto Vaz, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Solange Sofia Aboim Lobo, Pedro Miguel Martins Miranda e Pedro António Pereira dos Santos. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”: -----

Ana Rita Neto dos Reis, Mário Manuel Pinto Rodrigues, Luís Miguel Alves Gomes, Maria Adelaide Fernandes Morais, Luís Filipe Garcia, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto, Carla Sofia Pires Tavares e Viriato Emílio.-----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados, José Carlos Claro, António Luís Gomes Gonçalves, Egídio José Coutinho Frias e Inácio Lourenço Fernandes. -----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

- 2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;
- 2.4 - Período de intervenções; -----
- 2.5 – Projeto de Regulamento “Mérito Escolar Dr. Álvaro Leite”; -----
- 2.6 – Projeto de Regulamento “Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Vinhais”; -----
- 2.7 – IMI – Aprovação de taxas; -----
- 2.8 - Informação sobre a situação económica e financeira do município referente ao 1.º semestre de 2015; -----
- 2.9 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila de Vinhais - ARU; -----
- 2.10 - 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 2.11 – Presidente da Câmara Municipal de Vinhais – Acumulação de funções. -----
- 3 - Período reservado ao público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, solicitou autorização para nomear o Senhor Deputado José António dos Reis, para integrar a Mesa da Assembleia, tendo recebido a anuência de todos os membros. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----
- Hugo Sérgio Gonçalves Barreira; -----
- Pedro Miguel Martins Miranda. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, apresentou uma intervenção do seguinte teor: -----

“Exmo. Srº Presidente da Assembleia Municipal, Srºs secretários da mesa, Srº Presidente da Câmara, Srºs Vereadores, Srºs Deputados Municipais, Srºs Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Muito Boa Tarde! -----

No passado dia 17 de Agosto, tivemos em Vinhais a visita de Sua Excelência, o senhor Ministro da Educação e Ciência, Professor Dr.º Nuno Crato. E ao que pude constatar através dos meios de comunicação, o mesmo, anunciou a disponibilidade de verbas para a realização de obras de construção ou requalificação em escolas através do recurso a fundos, no novo quadro comunitário Portugal 2020. -----

Sei também que já há alguns anos que este executivo luta para que as condições, a que os nossos alunos estão sujeitos, seja corrigida, tendo mesmo, já sido inscritas obras, há 6 anos atrás, na 4.ª fase de intervenção a levar a efeito pela Parque Escolar, obras que nunca chegaram a avançar por decisão política do atual Governo. -----

Por isso gostaria de fazer duas questões: -----

- Qual o ponto de situação em que se encontra este processo? -----
- E quais as medidas, que a breve prazo poderão ser tomadas para minimizar as lacunas identificadas, no edifício da sede do agrupamento de Escolas D. Afonso III.“ -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor Deputado, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, que leu uma intervenção do seguinte teor; -----

“Exº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exs. Senhores e Senhoras Presidentes das Juntas Freguesias, -----

Exs. Deputados Municipais, -----

Exª Mesa de apoio a esta Assembleia, -----

Exº Publico, -----

O motivo desta intervenção é de tal maneira grave que me obriga a intervir. Na política devemos ter uma postura séria, ser intelectualmente honestos, respeitar as instituições mas acima de tudo respeitar as pessoas que em nós confiam para estar num cargo de elevada importância como ser membro desta Assembleia Municipal. -----

Na Assembleia Municipal de 28 de Abril deste ano, para além dos assuntos em agenda da Câmara Municipal, foi também lembrado e muito bem o 25 de Abril de 1974. Nesse dia, como em outras Assembleias, o Sr. Pedro Miranda, Presidente da bancada do Partido Socialista, Presidente da Concelhia desse partido e um dos braços direitos do atual Presidente da Câmara, e hipotético candidato a vereador nas próximas autárquicas, tomou da palavra. O que tinha tudo para ser uma intervenção cheia de significado, pela importância que a data teve para a mudança da História de Portugal, foi um fracasso em toda a linha. -----

Não bastando o facto de o Sr. Pedro Miranda ser mais um menino de recados do Partido Socialista e mais um "boy" da política, não conseguiu fazer uma introdução pelas suas palavras na intervenção. Ora então leia-mos o que nos diz a ata da Assembleia Municipal de Almeida, Município do Distrito da Guarda, aquando das comemorações do 25 de Abril MAS de 2013. passo a citar: -----

"Nos últimos 39 anos, Portugal conheceu um processo de democratização sem precedentes. A revolução de 25 de Abril de 1974 mudou decisivamente o panorama político português ao terminar com uma ditadura de 48 anos e reinstalar o regime democrático."-----

"O renascimento da democracia portuguesa, em 25 de Abril de 1974, não apenas iniciou aquilo a que se chamou a «terceira vaga» da democracia no mundo moderno, mas também rapidamente evoluiu para uma revolução social com uma forte participação espontânea das populações."-----

"Entre 1975 e 1980, a participação eleitoral nas eleições legislativas nunca foi menor que 83%, tendo alcançado 91,7% nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975."-----

"Com a entrada na Comunidade Europeia em 1986, os portugueses assumiram plenamente os valores da economia de mercado e da democracia representativa tradicional encetando uma nova e promissora etapa na via da modernização do país, procurando ao mesmo tempo aproximar-se dos padrões europeus de desenvolvimento e reduzir as gritantes desigualdades e injustiças sociais."-----

Pois bem senhoras e senhores, estas palavras estão IPSIS VERBIS na ata desta Assembleia Municipal de 28 de Abril deste mesmo ano. -----

As surpresas estão onde menos se esperam e estou certo que ninguém nesta Assembleia estaria à espera de uma surpresa tão malvada. Senhoras e senhores, esta Assembleia e todos os municípios merecem respeito, honestidade, e seriedade. -----

Para além de que o 25 de Abril de 74, pela sua carga histórica nos merecer todo o respeito, os Vinhaenses merecem ter neste espaço, pessoas que mesmo não tendo o dom da oralidade, que se esforcem para que cada aldeia, cada canto desta Sintra Transmontana prospere e rapidamente

recupere deste regressão que a tem assombrado nos últimos anos de Poder Socialista. -----
Senhor Presidente da Câmara, Américo Pereira, talvez seja a pessoa que menos estaria à espera deste episódio, e provavelmente deveria rodear-se de pessoas intelectualmente honestas. -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, este tipo de atitudes não podem passar em claro, há que responsabilizar quem pratica Plágio num local tão nobre como é esta Assembleia. A conduta aqui constatada é um desrespeito gritante por todos, tem de ter consequências. -----
O normal seria a demissão de todos os cargos políticos que o Sr. Pedro Miranda ocupa, mas sendo isso uma realidade pouco provável, pela proteção que existe para pessoas do Partido Socialista em Vinhais, espera-se no mínimo um retratamento público da sua parte bem como um pedido de desculpas aos seus companheiros da Concelhia do PS de Almeida.” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que os dados constantes da intervenção proferida são verdadeiros e que obedecem a diretrizes do Partido Socialista. -----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que declarou relativamente à intervenção do Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, a resposta está na sua informação escrita acerca da atividade do Município. -----
Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, não conseguiu perceber qual a sua intenção, mas tem que se ter cuidado com o que se diz. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão, não tendo sido manifestada qualquer intenção. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, André João da Silva Rodrigues, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Amável de Jesus Rodrigues, Solange Sofia Aboim Lobo, Maria de Lurdes de Freitas, Pedro Nuno Aboim Pinto, Carla Sofia Pires Tavares e Franclim do Nascimento Serafim, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa.-----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício -----

Senhores Secretários da Mesa -----

Senhores Vereadores Presentes -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias e demais senhoras e senhores deputados municipais -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Caríssimo público -----

É tempo de sementeiras, do início das aulas e até de eleições legislativas. -----

Quanto às aulas parece que tudo decorreu com normalidade, nomeadamente no que a nós diz respeito. Estou a referir-me ao fornecimento de refeições e de transportes escolares. -----

Aliás a este respeito, ainda recentemente neste local, procedemos, numa parceria com o agrupamento de escolas, à entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Secundário, bem assim como à entrega dos prémios de mérito escolar, estes sim, da exclusiva responsabilidade da autarquia, aos melhores alunos de cada ano. -----

É uma iniciativa que repetimos há 5 anos e pese embora o facto de levantar algumas críticas, entendemos que é para continuar, pois nunca é demais realçar e premiar o trabalho, o esforço e a dedicação daqueles alunos que pretendem construir um percurso escolar e uma carreira profissional digna de registo. -----

Quanto às eleições legislativas que vão acontecer já no próximo dia 4 de outubro, e a acreditar nos estudos de opinião, tudo aponta para que não tenhamos maioria absoluta de nenhum dos lados, o que para alguns analistas será um grande benefício e para outros, um motivo de instabilidade política, a menos que se verifique um fenómeno tipo a Grécia ou a Inglaterra, em que as sondagens falharam completamente os resultados. -----

E porque o tema do momento são mesmo as eleições legislativas, penso que vale a pena e é oportuno que se faça um balanço e se teça algumas considerações sobre aquilo que foram as medidas deste Governo que direta ou indiretamente mexeram com a vida autárquica, mais concretamente com o município de Vinhais. -----

Sei que nesta altura há muito pouco de racional e sério no debate político e muito de reações e comportamento emocionais. -----

No entanto e se fizermos um pequeno esforço, temos de convir que a nota a atribuir a esta legislatura é de todo muito negativa. -----

Além dos cortes nos salários, nas pensões e reformas que diretamente afetou muitos e indiretamente a todos, uma vez que tirou poder de compra à população e isso veio mexer com a economia no seu conjunto, fomos diretamente visados e penalizados numa série de medidas que muito nos prejudicaram: a admissão de pessoal via contrato de trabalho na Câmara Municipal continua congelado, o que nos está a trazer graves problemas porquanto era urgente admitir pessoal externo já que graças à emigração, aposentação e abandono das funções, estamos hoje com pouquíssimos trabalhadores. -----

Continuou a extinção, encerramento e esvaziamento de serviços. O nosso Centro de Saúde que na penúltima legislatura foi devidamente apetrechado e oferecia serviços ao nível da delegação de saúde, psicologia, terapia da fala, dentista, radiologista etc, tudo isso aos poucos tem vindo a desaparecer ou com uma oferta praticamente inexistente, sendo que não raras são as vezes em que as pessoas são confrontadas com dificuldades em obter uma simples consulta. -----

A reforma administrativa das freguesias foi o que se viu: a extinção de algumas sem que se tenha melhorado em alguma coisa o funcionamento das restantes, com um notório abandono e isolamento das populações. -----

A tão badalada estrada Vinhais-Bragança, cujo projeto de requalificação ficou pronto na última legislatura, é cada vez mais uma miragem e a confirmar tal facto está o número que o Snr Primeiro-Ministro em 2014 veio fazer a Vimioso anunciando a requalificação da nossa estrada

e a daquela localidade para o ano de 2018. Claro está, que uma promessa desta natureza e com estes prazos, não passa mesmo de uma promessa e que não será para levar a sério. -----

Continua a ser a Câmara Municipal, fazendo um grande esforço financeiro, a transportar diariamente os doentes oncológicos ao Porto para os necessários tratamentos e fazemo-lo, infelizmente, porque o estado se demitiu das suas obrigações que é ter um sistema nacional de saúde em toda a sua plenitude, serviço aos quais os cidadãos, todos os cidadãos deveriam ter direito como se de um direito sagrado se tratasse pois a saúde é sabemos nós, um bem absolutamente fundamental. -----

Infelizmente, se não fosse a Câmara e a decisão que este executivo tomou em transportar de forma completamente gratuita esses doentes, muitos deles teriam o seu tempo de vida muito mais curto e outros nunca se poderiam curar das doenças que lhes vão colhendo as forças porque não têm dinheiro para o transporte e alojamento e a consequência seria a resignação a uma morte anunciada. -----

O mesmo se diga do apoio social aos mais idosos, seja através de lares de acolhimento, centros de dia ou apoio domiciliário em que tem sido a autarquia conjuntamente com as várias IPSS e população a suportarem praticamente todas as despesas. -----

Aliás, o conjunto de 10 técnicos contratados e pagos por nós e pelas IPSS para prestarem apoio de proximidade aos mais idosos não é mais do que o colmatar de uma necessidade que o Estado se recusa a satisfazer em toda a sua plenitude, que são os cuidados primários de saúde, absolutamente indispensáveis.-----

Mas não é só na área social e da saúde que as marcas são para esquecer. Também na agricultura, por exemplo, esta legislatura não deixa uma marca positiva. Os serviços do estado, de proximidade aos agricultores, continuam a não existir e os poucos que foram ficando acabaram agora completamente. -----

Se não fosse a medida acertada que a Câmara tomou de criar uma empresa municipal, a Proruris, e para a qual transferimos anualmente mais de 270.000 € não fosse a articulação com os demais intervenientes de um piquete de veterinária animal e de termos decidido suportar 50% do preço das consultas pagas pelos agricultores, não fosse o termos decidido pagar na totalidade a sanidade médica animal obrigatória, se não fossem estas medidas que tomámos, coitados dos nossos agricultores e da nossa agricultura, que se já assim vivem dias de amargura o que seria sem estes apoios. -----

Veja-se também o caso desta nova praga da vespa da galha do castanheiro que ameaça dizimar a produção de castanha. Mais uma vez foi a Câmara, a associação Arbórea e as Juntas de Freguesia, que se lançaram neste trabalho. Do Ministério da Agricultura nem ouvimos falar, sendo que o combate a este tipo de pragas é da sua responsabilidade, do Ministério da Agricultura. -----

E para terminar, sob pena de passar toda a tarde a enumerar as situações negativas, permitam-me que termine com aquele que é, no meu entendimento e do ponto de vista formal, a marca mais negra da governação da última legislatura, o encerramento do nosso Tribunal. -----

Dói, dói mesmo, passar ao fundo do Largo do Arrabalde e olhar aquele magnífico edifício que dias a fio permanece com as cortinas das janelas corridas em sinal de que ali nada existe. -----

Ao fim de dezenas e centenas de anos de justiça na nossa Vila, vem um Governo que de uma golpada decide matar este pilar fundamental da vida em sociedade, e que é a casa onde se administra a justiça dos homens.-----

E o que ganhamos? E o que ganhou o País? Nada. A acreditar nos resultados que já vieram a público sobre a reforma da justiça, o País nada ganhou e o funcionamento da justiça não melhorou. -----

Foi e é uma vergonha. Tenho esperança que alguém mais sensato, para não dizer alguém mais ajuizado, num futuro muito breve, venha repor as coisas como elas devem ser e abrir novamente as portas daquela casa. -----

Alguns não gostarão muito deste tipo de discurso. Perdoem-me mas isto é aquilo que penso e é aquilo que é visível aos olhos de todos. -----

Não seria necessário muito esforço e a enumeração continuaria. Cada um que tire as conclusões que entender. Enquanto autarca, francamente, a última legislatura não me deixa nenhuma saudades. -----

E isto acaba por nos levar diretamente para outro patamar de discussão e preocupação: as autarquias foram atiradas para uma situação económica e financeira muito difícil e com uma gestão muita exigente que só tem resultado graças à compreensão e colaboração dos nossos parceiros das Juntas de Freguesia todas elas envolvidas. -----

Apesar de tudo isto e como é público, temo-nos aguentado e em face das circunstâncias, até bastante bem, continuando a fazer alguns investimentos e melhoramentos, reforçando os apoios sociais e mantendo a situação financeira estabilizada e bem acima da média do ranking nacional. -----

Por último e para terminar e em jeito de esclarecimento: recentemente fomos visitados por dois senhores ministros: o da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Dr. Pedro Mota Soares, que veio a Rebordelo inaugurar o Lar que já está há muito em funcionamento e para o qual o Governo não contribuiu com um tostão e o da Educação e Ciência Prof. Doutor Nuno Crato que veio a Vinhais anunciar obras de requalificação/construção de equipamentos escolares. ---

É de lamentar também esta postura. O Snr. Ministro só veio a Vinhais agora, pela primeira vez, por causa da escola, porque estamos em campanha, porque as verbas necessárias já estão inscritas e contratualizadas com a CCDRN e no Programa Norte 2020 no âmbito do PEDI e do pacto de coesão que a CIM Terras de Trás-os-Montes negociou e assinou com os fundos comunitários. São verbas da União Europeia que nada têm a ver com o nosso governo, com o governo português e cuja responsabilidade pela sua gestão é tão só dos municípios da CIM e da CCDRN. -----

Portanto, caso este equipamento avance, note-se, o mérito vai para a Câmara Municipal, para a CIM, para o Porto, para o Norte 2020, que atempadamente souberam reivindicar e negociar os montantes necessários. -----

Tudo o resto, nomeadamente o que aparece nas redes sociais não passa de politiquice barata e sem qualquer consistência. -----

No final do próximo mês de outubro, vamos ter a feira da castanha. Apelo também às Juntas de Freguesia para que se empenhem e embelezem na colaboração, tal como tem acontecido, em mais este certame. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €717.944,74. -----
- Dotações não Orçamentais – €650.294,91.” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, tendo demonstrado essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais. -----

- Pedro Miguel Martins Miranda. -----

Seguidamente usou da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, que disse o seguinte: -----

“Eu percebo que o Senhor Presidente da Câmara esteja zangado, eu também estava zangada, sabe, não posso deixar de passar a questão da escola, e até sabe que foi a questão da escola que nos afastou politicamente, agora uma coisa é certa Senhor Presidente, não foi este Governo Senhor Presidente, não foi este Governo, porque em 2007 em mapa do PIDDAC, estavam inscritos um milhão e novecentos mil euros para Vinhais, para requalificação da escola, no seu Governo Socialista, era o seu Governo Socialista, se alguém fez promessas que não cumpriu, e nunca pôs os pés em Vinhais, foi a Senhora Ministra da Educação, pessoa a quem eu até devo alguma atenção, porque soube satisfazer um pedido meu, feito ao seu gabinete em 2009, é uma Senhora por quem eu tenho muita estima. -----

Em 2007, em mapa de PIDDAC, estava inscrito para Vinhais um milhão e novecentos mil euros para requalificação da escola, isto durante o Governo do Partido Socialista. -----

Não adiantando mais esse assunto da escola, e porque me dói especialmente porque estou atenta à escola, porque sou mãe e foi uma coisa que sempre me preocupou, foi a escola de Vinhais e ao Senhor Presidente também, aliás ainda tivemos algumas conversas acerca disso, eu vou-lhe dizer uma coisa, Senhor Presidente, ainda bem que o Ministro Nuno Crato veio cá a Vinhais agora, porque do Partido Socialista nunca cá esteve ninguém, posso-vos dizer que, usei a Senhora Ministra do Partido Socialista, para uma situação em que, o meu filho esteve dois meses sem professora de matemática na escola, porque descobri que a professora de matemática estava de atestado médico em Terras de Barroso e em Vinhais ao mesmo tempo, e eu achei muito estranho, como é que a Senhora estava de atestado naquela escola e estava de atestado na escola de Vinhais, e achei por bem um dia, porque também acho que os ministros do Partido Socialista também são boas pessoas, fiz um email para a Senhora Ministra da Educação, e a Senhora respondeu-me em três dias, estou-lhe grata por essas situações, e estou-lhe grata e

expliquei-lhe enquanto que o meu filho na Escola E.B. 1, 2 e 3 de Vinhais aguarda a professora de matemática, os meninos do Baixo Barroso aguardam exatamente a mesma professora de matemática, a verdade é que eu fiz isto na sexta-feira, na segunda-feira a seguir a Senhora mandou-me um e-mail com conhecimento à DREN no Porto, e a professora estava no dia vinte e oito na Escola Secundária de Vinhais a dar aulas de matemática, esta é que é a verdade, e posso provar, tenho as cópia dos emails, e a Escola Secundária também sabe, portanto não tenho nada contra o Partido Socialista, na altura não haveria dinheiro, ou haveria desentendimento se era para requalificar ou construir de novo, talvez esse é que era o ponto da situação, é requalificar ou construir de novo e não pude deixar de passar isto, Senhor Presidente. -----

Quando o Senhor Presidente diz que, ficámos sem o tribunal, pois muito bem, ficámos sem o Tribunal, também ficámos sem a Direção Regional de Agricultura, sem EDP, sem a urgência, que eu já disse aqui várias vezes e continuo a afirmar, votei a favor na Assembleia Municipal porque feito pelo Partido Socialista na altura, não era comportável ter um médico na urgência permanente, porque o rácio de utilização era 0.03, não se justificaria e todos nós sabemos, nós também vamos para Bragança, onde temos alguma garantia, porque na saúde temos todos muito medo. -----

Também não ficamos contentes pelo encerramento do Tribunal, também não iremos ficar contentes se um dia fechar a escola, e também não ficamos contentes quando os de Bragança vem para Vinhais e os maiores vencimentos de Vinhais também vão para Bragança, a verdade é que, quem ganha dinheiro em Vinhais, pouco gasta em Vinhais, há muita coisa que não ficamos contentes, mas é um direito que as pessoas tem, viver em Bragança e trabalhar em Vinhais, ou viver em Mirandela e trabalhar em Vinhais, é um direito que nos assiste, a lei não proíbe e estamos todos de acordo. -----

Ainda outra coisa, Senhor Presidente, também não é culpa da Coligação ou do PSD, termos os Cuidados Continuados em que a Câmara foi parceira, encerrados desde dois mil e nove, e agora também não venha dizer que os Cuidados Continuados não abriram porque a culpa é da Coligação, a promessa foi em dois mil e nove, a Coligação não era Governo, e o edifício também está ao abandono, portanto o Senhor Presidente puxa a brasa para a sua sardinha, pois estamos em fase de campanha. -----

É verdade, foram muitas coisas mal feitas, mas eu vou-lhe dizer uma coisa Senhor Presidente, há uma coisa que eu acho, algumas políticas também foram erradas, e o ser humano erra, erramos todos.-----

O Senhor Presidente sabe muito bem que Vinhais não deve nada ao Partido Socialista, principalmente no aspeto da educação”.-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda, iniciou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela intervenção que apresentou acerca da atividade do Município, pois tinha feito uma verdadeira radiografia, daquilo que foi a última política destes quatro anos do nosso governo. -----

Cortou pensões, cortou salários, cortou prestações sociais, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, entre outros, cortou no financiamento do Serviço Nacional de Saúde e cortou no financiamento do setor da educação, cortou no ensino artístico, aumentou o IVA, aumentou o IRC, aumentou o IRS, aumentou as taxas moderadoras, aumentou as taxas de justiça e ainda sem controle conseguiu vender aquelas empresas que ainda eram do Estado a preços de amigo, a pobreza aumentou e a dívida também. -----

Se não fossem as políticas aplicadas por esta Autarquia, no Concelho de Vinhais, a vida iria ser muito difícil para todos os municípes. A autarquia de Vinhais, não tem os cofres tão cheios como o Governo, e aqui se pergunta, para que se fizerem sacrifícios ao longo destes quatro anos, pessoas a fazer sacrifícios e o défice mantem-se igual? -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu todas as intervenções proferidas, iniciando por responder à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo que era verdade que no PIDDAC durante o Governo do Partido Socialista esteve inscrita uma verba para a requalificação da Escola Secundária, e tinham sido elaborados os necessários projetos e estudos para as obras de requalificação. -----

Agradeceu de seguida o elogio que deixou à Senhora Ministra do Governo do Partido Socialista. Continuou a dizer que, já por diversas vezes referiu que, em Vinhais, existia um problema estrutural, o planeamento foi péssimo, a pré num sítio, a escola primária noutra, a secundária noutra. Declarou que ainda sonha de conseguir fazer aquilo que devia ter sido feito de início, era anexar tudo. -----

Disse ainda que, no final da legislatura do Partido Socialista esses projetos estavam feitos e tinham sido apresentados para serem financiados, foi tomada a decisão que as obras iriam ser executadas e financiadas na quarta fase da chamada Parque Escolar. Quando este Governo tomou posse, foi chamado a uma reunião para lhe comunicarem que o Governo tinha cancelado todos os investimentos da Parque Escolar, portanto foi este Governo que decidiu cancelar todos os investimentos da Parque Escolar, como cancelou as auto-estradas, como cancelou o túnel do Marão, como cancelou o avião para Lisboa. -----

Agora as coisas estavam bem encaminhadas, na altura havia uma verba de um milhão e novecentos mil euros inscrita para esta obra, agora existe uma verba de três milhões de euros, que é algo absolutamente diferente, pois não sai nem um tostão do Governo nem do Estado Português, é bem que isto se divulgue, quando o Senhor Ministro da Educação veio a Vinhais falar da requalificação da escola, o que deveria ter dito, é que vinha ver a escola, mas nada tinha a ver com as obras, pois o dono da obra ia ser a Câmara Municipal de Vinhais. -----

Ainda não se sabe se a opção é requalificar, se é construir de novo, toda a gente sabe qual é a sua opinião.-----

Referindo-se novamente à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, disse que apreciava a maneira como reagia à discussão, não apreciava o seu conteúdo, mas que era necessário ser rigoroso, foi verdade que foi no tempo do Governo do Partido Socialista que se negociou o encerramento da urgência à noite. Em contrapartida deste encerramento, passou a existir na região um helicóptero, que já salvou muitas vidas e tem sido muito necessário. -----

No entanto este Governo tentou retirar o helicóptero de Macedo de Cavaleiros para o levar para uma localidade perto do Porto, só não o retirou porque foi interposta uma providência cautelar e feitas várias negociações com o Ministério. -----

Disse ainda que no Centro de Saúde de Vinhais, existiam uma série de valências, tais como a radiologia, a fisioterapia, a terapia da fala, que foram desaparecendo, sendo a última delas a Delegação de Saúde, que hoje apenas existe uma Delegada de Saúde para cinco Concelhos. ---

A política do Governo em relação à saúde, é esvaziar os serviços, e aumentar as camas dos hospitais privados. -----

Com o Governo do Partido Socialista, e desde que é autarca, não desapareceu no distrito de Bragança nenhum serviço, a Direção Regional de Agricultura continua com a sua sede em Mirandela e a EDP fechou as suas portas em Vinhais muito antes de dois mil e cinco. -----

Referindo-se aos Cuidados Continuados, disse que, era verdade que, foi a Câmara Municipal que ajudou a desbloquear o processo da construção, em Vinhais, de uma Unidade de Cuidados Continuados e tinha sido subsidiada com uma verba de duzentos mil euros, mas o edifício é propriedade da Santa Casa da Misericórdia e gerido pela ULS de Bragança em coordenação com o Ministério da Saúde. -----

Se a Unidade de Cuidados Continuados, vier a existir em Vinhais, não é só para receber os doentes de Vinhais, mas sim para receber os doentes do País. -----

Disse ainda que há três anos que a Santa Casa da Misericórdia de Vinhais reuniu, e requereu ao Ministério da Saúde, para ajudar a dar um destino a este edifício, e nunca obteve qualquer resposta. -----

Os objetivos deste Governo quando tomou posse, era reduzir a dívida e reduzir o desemprego, a dívida aumentou o défice em 7,2%, exatamente como estava no Governo do Partido Socialista quando saiu em dois mil e onze. O desemprego aumentou, a emigração está como nunca esteve, a única coisa que de facto se consegue perceber, é que, havia três empresas que eram o suporte na nossa economia, a EDP, a TAP e os CTT, que foram vendidas para reduzir a dívida, e mesmo assim conseguiram aumentá-la. -----

2.5 – PROJETO DE REGULAMENTO “MÉRITO ESCOLAR DR. ÁLVARO LEITE”.

Após audiência dos interessados, foi presente o projeto de Regulamento de Mérito Escolar Dr. Álvaro Leite, previamente enviado a todos os Senhores Deputados, por fotocópia. -----

Após a sua explicação e não havendo questões acerca do mesmo, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido regulamento. -----

2.6 – PROJETO DE REGULAMENTO “ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE VINHAIS”. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que, com este regulamento, pretende assim e apenas dar algum formalismo na atribuição desses subsídios, isto é, doravante deverá existir um processo organizado, com os pedidos atempados, acompanhados de determinados documentos, para que o pedido possa ser apreciado, pois vai permitir à Câmara Municipal fazer algum planeamento, prever e organizar melhor as despesas, e por outro lado, permitir saber de uma forma um pouco mais eficaz, com aquilo que se pode contar. -----

Disse ainda que, obrigava as Juntas de Freguesia a fazer algum planeamento, no final do ano para o ano seguinte, em conjunto com a Câmara Municipal, e depois cada Junta de Freguesia assumirá essas mesmas responsabilidades, os prestadores dos serviços saberão quando podem receber o dinheiro dos serviços efetuados, e por outro lado, as verbas vão ter que ser utilizadas exatamente para aquilo a que se destina o respetivo pedido. -----

Para concluir disse, que é um instrumento dará mais alguma garantia à Câmara do cumprimento da legalidade, e às Juntas de Freguesia uma garantia do pagamento dos trabalhos executados. –

A Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, solicitou a palavra para dizer o seguinte. -----

“Este projeto de regulamento não é nada muito simples, aliás é o documento mais importante que está aqui para o funcionamento de uma Junta de Freguesia, o Senhor Presidente disse aqui que está plasmado no projeto de regulamento tudo aquilo que é necessário para uma Junta de Freguesia funcionar, pois bem Senhor Presidente, a única coisa que eu tenho é curiosidade na leitura, e tento perceber aquilo que leio e não quero sobrepor-me a juristas que se encontram presentes nesta sala, mas diz assim *“O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP e de acordo com o disposto nas alíneas g) e j) do artigo 25º e alínea k) do artigo 33º da Lei nº 75/2013”*, mas a Lei nº 75/2013, tem dois artigos mais importantes para as Juntas de Freguesia, que é o art.º 133.º e o art.º 135.º, o Senhor Presidente acabou de dizer que a Lei aconselha a que se façam protocolos, não é verdade Senhor Presidente, a Lei diz assim no art.º 133.º *“As câmaras municipais e as juntas de freguesia, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo anterior.”*, isto quer dizer que, sempre que as juntas protocolarem com a Câmara e tem que protocolar, tem 180 dias para protocolar, porquê? Porque vocês tem que protocolar, tem que saber no ano seguinte com que dinheiros é que contam para poder executar os programas a que se propõe, é verdade. Então é assim, se a lei permite que tenham protocolo com os municípios, recursos humanos, patrimoniais e financeiros, o que é que isto quer dizer, que a junta ao elaborar o seu programa plurianual apresente ao município e o município mediante acordo naquilo que é protocolado tem que disponibilizar a verba para que os Presidentes da Junta possam ter dinheiro e disponibilidade financeira para poder pagar e cumprir a lei dos compromissos. O que está na lei é isto que eu acabei de dizer. ----- Depois o art.º 135.º diz *“Na concretização da delegação de competências, e no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação referidos nas alíneas a) e b) do art.º 121.º, os municípios consideram, designadamente, critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial.”*, isto quer dizer, que cada freguesia mediante o número de eleitores, mediante a área territorial e mediante as condições económicas, é aí que se define a verba a atribuir, e aliás digo-lhe mais, ontem tive a curiosidade de verificar nos sites de todas as

Câmaras Municipais, tirando algumas do Nordeste Transmontano, todas as Câmaras, eu posso enumera-las, eu li os protocolos, e os protocolos tem todas, em cada competência delegada na Junta de Freguesia tem verba atribuída, este contrato Senhor Presidente, no entender da minha bancada, não cumpre a Lei n.º 75/2013. Nós, e para que vocês não digam que é a bancada, por uma questão de perrice, porque vocês são eleitos pelo Partido Socialista e está contra as Juntas, não, não é verdade, o que eu não quero é que muitos de vocês, acabem em situações como está a minha anterior Junta de Freguesia, isso é que eu não quero, não quero e não é correto que assim seja, por isso nós vamos votar contra, vocês não pensem que não é para vos dar verbas, não, as verbas tem que as ter inicialmente antes de iniciar os trabalhos, para poderem cumprir, para não virem com requerimentos à última da hora e despachos em cima do joelho para vos poder dar as verbas para cumprir compromissos. -----

As Juntas tem que ter as verbas destinadas, é isso que diz a Lei n.º 75/2013, que já várias vezes foi debatido, o Senhor Presidente diz que aprecia a minha forma de intervir, é um bocado acalorada, mas aqui eu não posso deixar passar, a Junta de Freguesia que eu fazia parte, porque eu neste momento mudei a minha residência para Vinhais, está a passar um mau bocado, e é do conhecimento geral, por esta situação assim, eu peço ao Senhor Presidente da Câmara que, para alterar a nossa intenção de voto que faça o Senhor Técnico Superior da Câmara Municipal responder a algumas questões que eu lhe irei colocar, nomeadamente se este contrato deixa descansado qualquer Presidente da Junta, se cumpre os critérios da Lei n.º 75/2013, se cumpre na íntegra, se é isso que aqui está. Porque, o que eu vejo aqui é que, a qualquer pagamento terá que ser pedido à Câmara Municipal, é assim, o Senhor Presidente disse aqui uma coisa que eu, por lapso, talvez não foi intenção dizer isso, o que aconteceu aqui é que, para fiscalizar a forma como as Juntas gastam as verbas não é a Câmara que tem que fiscalizar, quem tem que fiscalizar as Juntas de Freguesia é a Assembleia de Freguesia. Vocês são entidades autónomas, responsáveis jurídica e financeiramente por todos os atos que cometerem e por todas as assinaturas, portanto não é a Câmara Municipal a responsável pelos vossos trabalhos, vocês são os únicos responsáveis pelos atos praticados na Junta de Freguesia, não é a Câmara, não é o Senhor Presidente da Câmara, não é esta Assembleia, são vocês enquanto autarcas, vocês são tão autarcas na Junta de Freguesia, quanto o Senhor Dr. Américo Pereira na Câmara Municipal de Vinhais, era aquilo que eu tinha a dizer, e algumas questões que eu queria colocar.”-----

Seguidamente solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria da Glória Pires Cruz Veleza, que iniciou por cumprimentou todos os presentes, e de seguida dirigiu-se à Senhora Deputada Maria

Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que este documento esteve em discussão pública durante trinta dias, e não tem conhecimento que tivesse sido apresentada qualquer sugestão. – Continuou a felicitar a Câmara Municipal pela elaboração deste documento, pois a transparência, a igualdade, a imparcialidade e a justiça são fundamentais para o bom funcionamento das Juntas de Freguesia. -----

Disse ainda que, a Câmara deveria ser ressarcida dos valores que são transferidos para as Juntas de Freguesia e que não são aplicados na execução das obras para que é solicitado o respetivo apoio. -----

Para finalizar, disse que não podia ficar calada quando ouviu dizer que o Concelho de Vinhais estava estagnado, pois quem diz essas coisas, não vive, nem conhece o mesmo Concelho que ela conhecia. -----

De seguida solicitou novamente a palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, para dizer o seguinte: -----

“Senhora Deputada Maria da Glória Pires Cruz Veleda, ninguém está contra o protocolo, o que eu quero, o que esta bancada solícita é que seja acrescentado ao protocolo, além das competências que aqui constam, a verba atribuída a cada uma das competências, é aquilo que todas as Câmaras fazem, a cada uma das competências, a cada uma daquelas funções que as Juntas de Freguesias vão ter. -----

Para que haja equidade, igualdade, até no território, porque temos freguesias muito pequenas e muito grandes com uma população superior, é claro que, a verba a atribuir a cada uma dessas freguesias, não pode ser igual a atribuída a uma freguesia com duas ou três anexas, que tem menor população, tem uma área territorial inferior, é isso que tem de ser dito. -----

É assim, é que cada uma destas rúbricas, destas competências, tenha verba atribuída, é aquilo que eu vi em todos os protocolos, e se os Senhores Presidentes da Junta tiverem dúvidas, podem ir consultar à internet, e consultar outras freguesias de outros municípios, se tem ou não verbas atribuídas aquando da elaboração e da subscrição do protocolo, é só isso que eu estou a dizer, eu não estou contra que vos atribuam cem, duzentos ou trezentos, desde que vocês apresentem um plano que vão executar exatamente essas tarefas e que essas tarefas sejam executadas, e não é a Câmara que as vai fiscalizar, quem vos pode fiscalizar é a Assembleia de Freguesia e os Tribunais, quando houver consequências de não serem feitas as coisas conforme consta da lei. Eu não estou contra o protocolo, só estou contra o facto de não ter verbas atribuídas no referido protocolo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigiu-se à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que o critério que é utilizado na atribuição de verbas nas freguesias não é da dimensão, mas sim das suas necessidades, porque senão as melhores estariam sempre melhor e as piores nunca sairiam do mesmo. -----

Continuou a dizer que o Presidente da Câmara tem competências atribuídas pela própria lei, e ele exerce-as, nunca delegando em ninguém essas competências, sendo uma delas acordar com as Juntas de Freguesia a atribuição de subsídios. -----

Disse ainda que, o que está aqui em causa não é nenhum protocolo, nem nenhum contrato, é simplesmente um regulamento que descreve a forma como se transferem as verbas para as Juntas de Freguesia, verbas essas que, são atribuídas ao abrigo dos acordos de execução firmados nos termos do art.º 133,º com cada uma das Juntas de Freguesia. -----

Esses acordos de execução já foram discutidos e aprovados nesta Assembleia Municipal. -----

Após análise e discussão do documento em causa, foi deliberado, por maioria aprová-lo, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, os votos contra dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PPD/PSD “Vinhais para Todos”, à exceção do Senhor Deputado Viriato Emílio. -----

A Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: -----

“Votamos contra o ponto 2.6 desta ordem de trabalhos, porque o projeto de Regulamento não satisfaz as necessidades de meios financeiros assegurados pelo artigo 133.º, da Lei n.º 75/2013, como não irá satisfazer o plasmado no artigo 135.º da mesma. -----

No nosso entender o protocolo tem que definir logo as verbas a atribuir pelas competências próprias das Juntas de Freguesia.” -----

2.7 – IMI – APROVAÇÃO DE TAXAS.-----

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“Prevê o n.º 11, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 55-B/2004 de 30 de dezembro, 55-A/2010 de 31 de dezembro, 64-B/2011 de 30 de dezembro, 83-C/2013 de 31 de dezembro e 82-B/2014 de 31 de dezembro, que as taxas do IMI, respeitantes ao ano de 2015, sejam comunicadas à Direção Geral dos Impostos, até 30 de Novembro. -----

Assim, e porque a aprovação das referidas taxas, é da competência da Assembleia Municipal por proposta da Câmara, proponho que: -----

1 – Sejam aprovadas as taxas constantes do n.º 1, art.º 112.º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, na percentagem: -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%;-----
- c) Prédios urbanos – 0,3%. -----

2 – Seja aprovada a redução constante do n.º 13, do mesmo artigo, na redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado, Pedro Miguel Martins Miranda, referiu-se ao benefício constante do n.º 13, do art.º 112.º, do Código do IMI, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que permite a redução da taxa do IMI atendendo ao número de dependentes. Embora vá acarretar uma diminuição da receita para o Município, tal é possível, atendendo à boa situação financeira da Câmara Municipal. -----

Após análise e discussão, do assunto em causa, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

2.8 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2015. -----

Foi presente o relatório económico-financeiro do Município, relativo ao primeiro semestre de dois mil e quinze, elaborado pelo Revisor de Contas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, explicou que esta informação é prestada em cumprimento da obrigatoriedade da alínea d), do n.º 2, do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Foi tomado conhecimento do documento em causa. -----

2.9 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE VINHAIS – ARU. -----

Foi presente a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para a Vila de Vinhais. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar o assunto em causa, o mesmo disse que: -----

A Câmara Municipal de Vinhais pretende proceder à delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) na vila de Vinhais e a definição do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, que permita suportar a definição de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e a elaboração de candidatura aos instrumentos de financiamento à regeneração urbana previstos no âmbito do Portugal 2020. -----

A definição das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) encontra-se enquadrada no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. -----

Com efeito, nos termos deste diploma, as razões que determinam a delimitação de uma ARU prendem-se primordialmente com o estado de conservação e de funcionamento das suas componentes urbanas básicas. Assim, é lícito concluir que qualquer área urbana, central ou mais periférica, com valor patrimonial ou sem ele, mais ou menos consolidada, desde que apresente sinais de insuficiência, degradação ou de desqualificação urbana, pode ser objeto de integração em ARU para efeitos de desenvolvimento de uma operação integrada de reabilitação urbana. - Assim, o objetivo central da formalização da ARU é contribuir para a consolidação e valorização da vila de Vinhais procurando promover melhores condições urbanas e ambientais e gerar um território qualificado, com uma identidade reforçada, socialmente mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social. -----

A ARU proposta para a Vila de Vinhais incide em cerca de 277 hectares cujos limites são os correspondentes aos limites do perímetro urbano delimitado em sede de PDM. A ARU proposta contempla as principais zonas consideradas críticas para a reabilitação urbana em Vinhais, todas as áreas com problemas de degradação ou obsolescência dos edifícios, os principais equipamentos de uso coletivo e elementos patrimoniais relevantes, as áreas mais dinâmicas da vila, assim como um conjunto alargado de espaços públicos com necessidades de qualificação e valorização. -----

Seguidamente colocou-se à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas. -----

Atendendo a que não houve pedidos de explicações por parte dos Senhores Deputados, o assunto foi colocado à votação, tendo sido aprovado, por maioria, com um voto contra do Senhor Deputado Luís Filipe Garcia, da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

2.10 - 3.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 3.^a REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi presente para aprovação a 3.^a Revisão ao Orçamento da Despesa no valor de cinco mil e cem euros (5.100,00 €) e a 3.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de cinco mil e cem euros (5.100,00 €). -----

Após a sua explicação, os documentos em causa, foram aprovados por unanimidade. -----

2.11 – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES. -----

Foi presente uma carta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, Américo Jaime Afonso Pereira, do seguinte teor: -----

“AMÉRICO JAIME AFONSO PEREIRA, casado, contribuinte 174 210 590, Presidente da

Camara Municipal de Vinhais e residente no lugar de Santo António em Vinhais, vem respeitosamente junto de V. Ex.^a informar, atualizando a sua situação de interesses: -----

- O declarante é presidente da Assembleia Geral de Acionistas da sociedade anónima Piter - Produtos de Identidade Territorial com sede em Mirandela, não exercendo qualquer cargo de gerência ou executivo. -----

- O declarante é sócio da sociedade Quinta do Escairo Ld.^a, sociedade por quotas com sede em Vinhais, empresa familiar, contribuinte 513 063 565, não sendo sócio maioritário nem gerente, sociedade do ramo agrícola e dos vinhos, limitando-se o declarante a auxiliar a esposa em algumas atividades nada recebendo por isso, sendo esta a sócia maioritária e gerente.

- Os demais cargos em associações ou entidades públicas resultam da sua condição de autarca.”

Foi tomado conhecimento do documento em causa. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----